

A. I. N° - 152605.0601/11-4
AUTUADO - VINÍCIUS PINHO DOS SANTOS DE SANTO AMARO
AUTUANTE - AILTON DE OLIVEIRA SANTOS
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET 10.02.2012

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0013-05/12

EMENTA: ICMS. 1. SIMPLES NACIONAL. ERRO NA INFORMAÇÃO DA RECEITA AUFERIDA. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS **2.** VENDAS DE MERCADORIAS COM PAGAMENTOS ATRAVÉS DE CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO EM VALORES SUPERIORES AO DECLARADO. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE SAÍDA EM OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. A declaração de vendas, pelo contribuinte, em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção. Infrações subsistentes. Em ambas infrações houve erros na determinação da receita bruta acumulada, implicando em erro no percentual e por consequência, do ICMS lançado. Infrações elididas parcialmente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/06/2011, lança crédito tributário de ICMS no valor total de R\$15.467,06, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS:

1. Deixou de recolher os valores referentes ao Regime Especial Unificado de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, Simples Nacional, implicando em não recolhimento de parte do ICMS, devido a erro na informação da receita e/ou alíquota aplicada a menor, conforme anexo A, combinado com Anexo B, Relatório Diário TEF e anexo D – Declaração Anual do Simples Nacional, sendo lançado o valor de R\$5.119,02, acrescido da multa de 75%;
2. Omissão de saída de mercadoria tributada presumida por meio de levantamento de venda em cartão de crédito ou débito em valor inferior ao informado por instituição financeira e administradora de cartões, conforme relatórios anexos; sendo lançado o valor de R\$ 10.348,04 acrescido da multa de 150%;

O autuado apresenta defesa às fls. 102/105, aduzindo as seguintes razões:

Que acata parcialmente as infrações 1 e 2, conforme planilha de correção de valores elaborada e anexada à sua peça de defesa; que ao analisar o Anexo A, acostado ao PAF, verifica que o cálculo da receita bruta acumulada nos últimos 12 meses constante da coluna K está incorreto a partir do mês de 02/2010. Além disso, os valores informados como alíquota do ICMS constantes da coluna N não estão de acordo com os determinados pelo Anexo I (Partilha do Simples Nacional) da LC 123/2006. Apresenta dois demonstrativos, sendo que a referente à infração 1, aponta o valor devido de R\$3.826,41 e a referente à infração 2, aponta o valor devido de R\$9.068,60, em valores históricos. Finaliza pedindo pela procedência em parte do Auto de Infração.

O autuante apresentou informação fiscal às fls. 109/111 e acata as alegações da defesa, concluindo que diante da receita bruta acumulada dos últimos 12 meses que foi retificada e, por conseguinte dos valores informados como percentuais do ICMS, sugere a alteração dos valores de débito conforme novo demonstrativo apresentado em sua informação fiscal, alterando o lançamento total para R\$12.895,01, e requer que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte. Instado a se manifestar sobre o teor da informação fiscal, o impugnante declinou. Foi anexado ao PAF comprovante de pagamento de valor parcial do Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente constato que o presente Auto de Infração foi constituído com a obediência de todas as formalidades legais, não havendo vícios de nulidade. Todas as infrações estão devidamente caracterizadas e acompanhadas de respectivos anexos demonstrativos que com clareza, revelam cálculo do imposto lançado.

O impugnante questiona a receita bruta acumulada nos últimos 12 meses, a partir do mês 02/2010 e com isto, a alteração do percentual no cálculo do ICMS. As alterações reclamadas pelo impugnante contemplam tanto a infração 1 como a infração 2. O autuante confirma que houve o equívoco e faz novo demonstrativo, fl. 104, onde reproduz integralmente o demonstrativo apresentado pelo impugnante, reduzindo o total do imposto lançado para R\$12.895,05, que contempla alterações das duas infrações, sendo reduzida a infração 1 para R\$3.826,41 e a infração 2 para R\$9.068,60. Observando os demonstrativos originais do Auto de Infração, constato que, de fato, houve erro na receita bruta anual a partir de 02/2010 distorcendo para mais o percentual a ser aplicada no cálculo do imposto e consequentemente alteração do ICMS devido nas duas infrações, estando os novos valores apurados pelo impugnante em planilha que anexou à defesa e que foi ratificada pelo autuante, coerentes com a verdade material.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já pagos.

RESOLUÇÃO.

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **152605.0601/11-4**, lavrado contra **VINICIUS PINHO DOS SANTOS DE SANTO AMARO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$12.895,01**, acrescido das multas de 75% sobre R\$3.826,41 e 150% sobre R\$9.068,60, previstas no art. 44, I e § 1º, da Lei Federal nº 9.430/96, com redação da época dada pela Lei nº 11.488/07, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de janeiro de 2012.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ILDEMAR JOSE LANDIN – RELATOR

JOSE RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR